

# **A ANGÚSTIA DE SER URBANO EM OS OBJECTOS PRINCIPAIS, DE A. FRANCO ALEXANDRE**

**Julio Cesar Rodrigues Cattapan**  
UFF/Faperj

## **RESUMO:**

Este artigo apresenta uma análise do livro *Os objectos principais*, do poeta português António Franco Alexandre, à luz da relação entre o sujeito lírico e a questão urbana, com reflexões sobre as relações entre a poesia e os problemas das grandes cidades contemporâneas.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Poesia portuguesa contemporânea; paisagem urbana; sujeito lírico.

## **ABSTRACT:**

This article presents an analysis of the book *Os objectos principais*, by the Portuguese poet António Franco Alexandre, in the light of the relationship between the lyric subject and the urban question, with reflections on the relationships between poetry and the problems of contemporary big cities.

## **KEYWORDS:**

Contemporary Portuguese poetry; urban landscape; lyric subject.

Analiso neste artigo a questão urbana no livro *Os objectos principais* (1979), do poeta português António Franco Alexandre. O objetivo é examinar a relação entre poesia e cidade, num diálogo de iluminação recíproca em que a poesia permite compreender a convivência problemática do sujeito urbano com as metrópoles e megalópoles modernas; e, por outro lado, os estudos de urbanismo podem lançar nova luz sobre o sujeito lírico urbano na poesia portuguesa contemporânea, realçando, assim, a relação entre poesia e mundo, numa proposta em que a poesia não é considerada como fechada em si mesma, mas como modalidade artística em diálogo constante com as angústias e anseios de sua época.

A escolha de *Os objectos principais* decorre da riqueza de questões que o livro suscita, permitindo problematizar a relação do sujeito urbano com a cidade e também compreender a poesia e o sujeito lírico em seu enfrentamento com os atritos e tensões da cidade moderna. Optou-se também pela análise de um livro específico, e não do conjunto da obra, devido à dificuldade de abordar globalmente a obra poética de A.F. Alexandre. Segundo Amaral,

[...] a sua linguagem [da poesia de A.F. Alexandre] tem sofrido assinaláveis metamorfoses que têm transformado cada novo livro num novo universo. Tal processo tem dificultado as leituras globais desta obra, já problemáticas em virtude de as suas “não palavras” contagiarem qualquer discurso crítico. (Amaral, 1991, p. 106).

Alguns anos antes, Diogo Pires Aurélio chegava à mesma conclusão: “Cada livro seu [de A.F. Alexandre] abre e simultaneamente fecha um ciclo”. (Aurélio, 1984, p. 65). Além disso, a poética de A.F. Alexandre mostra-se avessa às tentativas de se lhe atribuir sentidos estáveis, devido à sua linguagem fragmentada, com sintagmas inesperados que evocam imagens de difícil configuração mental. Por esse motivo, a poesia de A.F. Alexandre exige uma análise de fragmentos, cujo objetivo não deve ser encontrar um todo coerente e estável, mas juntar esses fragmentos na composição de um mosaico sempre cambiante e provisório. Amaral resume bem o tipo de leitura exigida pela poesia de A.F. Alexandre:

[...] a primeira recomendação [aos leitores] será que não exijam, no final do seu percurso, a recompensa de uma interpretação unívoca, certa, segura, estável. Ao contrário, a escrita de A.F. Alexandre situa-se num espaço sem contornos precisos, desenhando com as suas palavras o movediço, o volátil, o impreciso, o que para sempre iludirá qualquer leitura definitiva. (Amaral, 1991, p. 106-107).

Portanto, serão analisadas em *Os objectos principais* as marcas do urbano, que se apresentam dispersas e difusas ao longo de todo o livro. O intuito aqui perseguido é reunir essas marcas segundo uma chave de leitura possível, em que se evidencie a configuração de um sujeito lírico em tenso diálogo com um ambiente urbano impreciso e ameaçador.

Apesar de a cidade ter presença marcante no livro, ela aparece, na maioria das vezes, de forma indireta. Ainda que a palavra “cidade” seja recorrente, a vida urbana faz-se presente, sobretudo, metonimicamente, por meio de elementos que a evocam: o cimento, a vitrina, o grés, a grua, o guindaste, o néon, o aeroplano. Num poema específico, “Questão urbana”, essa presença é mais explícita. A análise de sua seleção vocabular já permite visualizar que tipo de relação o sujeito lírico estabelece com a cidade: atravessam todo o poema palavras como “violência” (três vezes), “violentado”, “sangue” (quatro vezes), “muros” (cinco), “sombras” (duas), “noite”, “anoitecidas”.

Uma primeira característica dessa questão urbana em *Objectos principais* é a perda da liberdade e a restrição dos movimentos, muito evidenciadas pela presença dos muros, do cimento e do grés: “recobertas de grés permanecem sentadas”, “o grés, os olhos, / e o próprio desenho aéreo das lágrimas, aonde / se perde pé muito de repente e se afundam as asas / como uma lava dividida, um vidro, a soar junto à boca”. Muito significativa é a imagem das asas, normalmente associadas à liberdade, enredadas num conjunto de imagens que remetem à perda de movimento: afundadas ou no grés ou na lava, ou transformadas em vidro.

Esse sujeito lírico habita uma cidade com todas as características dos grandes centros urbanos contemporâneos, que são fortemente marcados pelo enclausuramento como resultado da sensação generalizada de insegurança. Esta alimenta toda a chamada “indústria da segurança”: o consumo crescente de todo um aparato defensivo, com muros cada vez mais altos, guardas armados, portões eletrônicos, grades eletrificadas, câmeras de vigilância, carros blindados etc. Segundo Bauman,

[...] as trincheiras fortificadas e os bunkers destinados a separar e manter distantes os estrangeiros, barrando seu acesso, se transformam rapidamente num dos traços mais visíveis da cidade contemporânea. [...] A forma mais comum de baluarte defensivo é representada pelas *gated communities*<sup>1</sup>, com os indefectíveis guardas armados e câmeras de controle [...]. Nos Estados Unidos, as *gated communities* são mais de vinte mil, e sua população supera os oito milhões de pessoas. (Bauman, 2005, p. 62).

No entanto, a sensação de insegurança é menos real do que ilusória: “nós, pelo menos nos países que se dizem avançados, vivemos em sociedades que sem dúvida estão entre as mais seguras (súres) que já existiram”. (CASTEL *apud* BAUMAN, 2005, p. 13). Ilusórios ou não, o medo e a insegurança são onipresentes nas grandes cidades contemporâneas. Segundo ainda Bauman, um conjunto de fatores contribui para isso. Primeiramente, o declínio do Estado do bem-estar social e sua progressiva retirada ou afastamento de setores essenciais como a saúde, a educação, a segurança pública, a assistência social, o que gerou o sentimento generalizado de que não se pode contar com a proteção estatal. Portanto, cada um deve individualmente garantir sua própria segurança e proteção contra o outro, tornado agora perigoso, porque se considera que o Estado não detém mais uma capacidade sólida de controle social. Essa aparente ausência de um aparato repressivo oficial produz uma sensação difusa e generalizada de que a agressão é permitida. Outro fator é a dissolução dos vínculos comunitários tradicionais, que forneciam o conforto e a segurança do pertencimento a uma comunidade garantidora de proteção contra o estrangeiro. Também colaboram para essa sensação de insegurança a fluidez e a virtualização das relações sociais, o que torna o outro cada vez mais distante e desconhecido e, porque desconhecido, também perigoso; a instabilidade do mercado de trabalho, produzindo insegurança financeira; a ampliação constante de uma massa de pessoas social e economicamente excluídas, às quais não é fornecida a possibilidade de integração à sociedade, o que as torna, portanto, estranhas ao convívio social e vistas como “potencialmente perigosas”.

Avento também um outro fator: o advento da comunicação de massa. Na era pré-midiática, os crimes eram conhecidos apenas pelos poucos que o presenciavam ou ouviam o relato de alguma testemunha. Com a mídia e sua divulgação frenética e massificada de

<sup>1</sup> Condomínios fechados.

informações e imagens, qualquer crime é conhecido quase imediatamente por milhões de pessoas. Produz-se, portanto, a falsa sensação de que a criminalidade nas sociedades contemporâneas é incomparavelmente maior do que nas épocas anteriores.

Portanto, esse sentimento generalizado de insegurança na cidade produz o enclausuramento do sujeito, a segregação, a distância e o afastamento, que também constituem aspectos da “questão urbana” abordada em *Os objectos principais*: as mãos anoitecidas “amealham no peito os grãos translúcidos, prenunciando / algum afastamento decisivo. / o que afastam capturam. é um novo muro, então, / à sombra das cidades, deitado sobre a boca”; “tu mesmo sem saber nos fechaste na verde / gaveta deste arbusto, no fogo / imóvel das vitrinas”.

Na poesia de A.F. Alexandre, é significativa a presença de um sujeito lírico que se sente ameaçado pela cidade. Em *Os objectos principais*, a cidade aparece sempre como um lugar perigoso: “a sombra das guias / ser-nos-á fatal”. Também nesse sentido, constata-se a recorrência do alarme como aquilo que denuncia o perigo iminente: “como dizer-lhes que os estimo, antes / que se solte o alarme?”; “impetuoso alarme”. A cidade produz um sujeito desolado, constantemente agredido pelos aspectos da vida urbana: “o teu choro no meio das guias”; “é-lhe duro / o sossego assustado dos nossos velozes aeroplanos?”. Amaral identifica com clareza o mal-estar sofrido pelo sujeito lírico urbano da poesia de A.F. Alexandre:

[...] a impressão veiculada pela cidade surge, normalmente, eivada de um certo mal-estar — um mal-estar surdo, sub-reptício e acinzentado, por vezes sentido como uma acumulação de resíduos que contagiam o eu e degeneram ou em repetitiva monotonia [...], ou numa lenta e contemplativa melancolia [...], ou ainda numa ocasional atenção a aspectos repugnantes [...]. O facto é que a poesia de Franco Alexandre se deixa prender a uma nunca integralmente resolvida “questão urbana”, procedendo a desoladas travessias dessa infundável extensão de “inúteis paragens suburbanas” que lhe tornam “pegajosa” uma “comoção urbana” extensiva ao teor também melancólico de que se revestem as descrições de alguns aglomerados urbanos litorais [...]. (AMARAL, 1991, p. 113.). (As palavras entre aspas são retiradas pelo autor de versos de A.F. Alexandre).

Magalhães (1981, p. 248.) compara a poesia de A.F. Alexandre a um “réquiem urbano”. Segundo o autor, nos livros do poeta “ergue-se um inventário do sofrimento pessoal, da mágoa de amor, da despedida do corpo, vistos contra o coletivo quotidiano e aproximando-se, como o próprio sentimento individual, da ruína”. (Magalhães, 1981, p. 249).

A percepção da cidade como ameaça vai ainda além. Em *Os objectos principais*, os grandes centros urbanos agredem, invadem e dilaceram o corpo. No poema “Questão urbana”, o ar da cidade “na traqueia queima”. O cimento interrompe o fluxo do sangue nas veias, cega os olhos, invade a boca, sufoca e silencia: “e o cimento, / translúcido, o mesmo que nos braços percorreu as veias, / que nos olhos foi lava, que nos brilhou na boca / dizendo: estas cidades, grés animal, um acordar sem boca”. Há referência até mesmo a

um “pensamento violentado”. De fato, o corpo encontra-se fragmentado e disperso: “o seu rastro de pés despedaçados”; “o coração na ardósia”; “e os seus ossos / repousarão na areia”. Do mesmo modo, o sangue está sempre fora do corpo, ou derramado, ou dentro de garrafas; os ossos “pousam contra o peso da tarde”; uma boca faz um “ronco insuportável”; ou ainda, “a violência de uma gengiva / onde o sangue bateu com patadas de cuspo”. O corpo violentado é representado também pela imagem das feridas: “essas feridas / precocemente supuradas”. A fragmentação do corpo é tão intensa que as partes não remetem mais ao todo, rompendo qualquer relação metonímica. As partes do corpo aparecem como entidades autônomas, desvinculadas definitivamente da ideia de um corpo em sua totalidade.

Uma das possíveis hipóteses para explicar esse mal-estar comumente provocado pela cidade é a impossibilidade de controle sobre o espaço característica dos centros urbanos. O crescimento das cidades parece ilimitado, a ponto de serem necessárias novas denominações na tentativa de defini-las: as grandes cidades evoluíram para metrópoles, e o inchaço destas fez necessária a criação de um novo termo para denominar as agora chamadas megalópoles. As grandes cidades seguem uma dinâmica constante de concentração e dispersão: os centros urbanos funcionam como polos de atração migratória, incham com um aporte populacional intenso, tornam-se lucrativos centros de consumo e atraem ainda mais investimentos, inchando ainda mais esses centros, até o ponto em que a cidade transborda e engole sua periferia, constantemente alargada numa dispersão para todos os lados, fora de controle.

Ao primeiro olhar, o século vinte está dividido [...] entre duas angústias: a perspectiva de um crescimento irrefreável da cidade e o temor de sua dissolução em formas de implantações dispersas das quais é difícil compreender a função e o sentido futuros; entre o pesadelo de uma metrópole que se torna uma megalópole, lugar da concentração das massas de população cada vez mais imponentes, que perde a própria medida, que se torna desmesurada, estranha à experiência individual e coletiva de seus habitantes, que não é mais possível conhecer e dominar em seus aspectos técnicos e funcionais, e o temor, por outro lado, da dissolução do próprio conceito de cidade, do desaparecimento desse lugar mágico, sede de todas as inovações políticas, culturais e tecnológicas que marcaram profundamente a história europeia e ocidental, em territórios de delimitações incertas. (Secchi, 2009, p. 32).

É pela organização racional de seu espaço que o homem cria um ambiente seguro para si mesmo. Devido à impossibilidade de transformar o caos dos grandes centros urbanos em algo ordenado e seguro, o homem urbano não consegue se sentir dono de seu território, é incapaz de perceber-se integrado à cidade e acolhido por ela. Segundo Gonçalves (2007, p. 30.), o indivíduo se apropria do espaço quando lhe confere significações, criando entre ele e o espaço uma relação de identificação. Quando a mídia e a publicidade criam significados *a priori* para objetos e lugares, que se tornam

mercadorias a serem consumidas, dificulta-se ao indivíduo a liberdade de criar ele mesmo os significados. Desse modo, o indivíduo não se apropria do espaço porque não cria identificação suficiente com ele. Gonçalves aponta ainda os problemas trazidos pela monumentalização dos espaços públicos: ao monumentalizá-los, os governos e a mídia criam espaços artificiais, pois, ao conferir-lhes significados prévios e cristalizados, e não criar monumentos eleitos pelos próprios habitantes, governos e mídia impedem que os cidadãos se apropriem desses espaços por meio da atribuição de sentidos próprios, individuais e coletivos, o que impossibilita a identificação entre o cidadão e a sua cidade. Daí a sensação de que a cidade é ameaçadora e incontrolável; daí a angústia do não pertencimento.

É marcante na poesia de A.F. Alexandre a presença da errância e do nomadismo. O sujeito lírico dessa poesia vagueia pelo mundo, atormentado pela incapacidade de criar raízes num lugar e, portanto, de criar uma identidade, visto que esta se relaciona necessariamente ao pertencimento a um território. Perdido no mundo, ele acaba por perder-se a si próprio: “e depois, esse mundo, hão-de sentir a sua leve / indecisão. assim em vós vos perderei, enfim”. Haesbaert constata a fragmentação territorial da modernidade e a consequente impossibilidade de se formar identidades estáveis:

[...] se no passado podíamos estabelecer identidades mais estáveis e buscávamos referenciais com uma base territorial mais concreta em nossos processos de identificação social, acreditando até mesmo numa coerência obrigatória entre coesão territorial e identidade cultural, neste final de século [XX] o que parece dominar é a fragmentação identitária, tanto pela atomização individualista quanto pela “identificação desidentificadora” da mercantilização [...]. (HAESBAERT, 1999, p. 186).

De fato, como atesta Rabaté (2005, p. 66), além da fragmentação da linguagem, a poesia contemporânea caracteriza-se também por um sujeito lírico em busca de identidade. Em *Os objectos principais*, a violência da cidade impede o sentimento de segurança e acolhimento necessário ao pertencimento. O sujeito questiona mesmo a possibilidade de amar e se integrar à cidade: “poderemos, um dia, amar estas vitrinas / como quem ama uma ideia imperdoável, ou uma / breve hesitação dos condutores / a meio do percurso?”. A resposta é negativa, a recusa do sujeito de se doar à cidade: “nada os meus olhos deixarão na cinza / das vastas folhas envidraçadas” – se entendermos “folhas envidraçadas” como metáfora para as vitrinas, recorrentes ao longo de todo o livro, e a cinza dessas “folhas” como metáfora para a degeneração da vida urbana, teremos a recusa do sujeito de se degradar junto à cidade.

Ainda no sentido desse não pertencimento, ao longo de todo o livro são recorrentes os verbos “separar”, “dividir”, “afastar” e “partir”; mas, principalmente, faz-se presente de forma marcante a imagem do alicate ou turquês: “o rumor dos alicates

na gaveta branca”; “estamos sentados no azebre com uma turquês / em cada mão”; “e os alicates: que protecção oferecem?”; “o olhar atento / denota a agilidade dos seus / variados alicates”; “irrita-me transportar estas palavras, a elas / me obriga a sua mão coberta de alicates”. O alicate tem várias possibilidades de metáfora: o corte das raízes e o desenraizamento do sujeito; a separação em relação ao corpo do outro e o isolamento; e o dilaceramento do corpo, como vimos anteriormente. O último fragmento citado acima, em que o alicate obriga ao transporte das palavras, deixa entrever a hipótese de que o alicate representaria também o próprio fazer poético contemporâneo, em que a poesia seria concebida como uma sucessão de cortes, dos quais resultaria a fragmentação do sentido. De fato, nos poemas de *Os objectos principais*, é marcante a presença de imagens fragmentadas, justapostas sem uma conexão evidente de sentidos entre elas. Em alguns momentos, o corte é explicitamente marcado na própria forma do poema, como é o caso destes dois fragmentos que encerram poemas, em que a ideia é posta em suspenso por um corte abrupto: “apenas o tropel / dos búfalos, ao fundo, nos / elucida: e então”; “estou diante de si. porque me espera? enquanto”.

A cidade, paradoxalmente, é lugar também da falta em meio ao excesso de estímulos. Cabe agora analisar o papel da publicidade nesse processo, dado que a cidade é o seu lugar privilegiado de ação. Ao analisar a especificidade do discurso publicitário, Silva (2001, p. 8) o coteja com o discurso artístico. Ambos os discursos apontam para a falta. No entanto, a arte, principalmente a moderna e a contemporânea, aponta para uma falta irreparável inerente à própria condição humana, sem se propor preenchê-la. A publicidade, por outro lado, produz faltas artificiais e promete preenchê-las com os produtos que anuncia. Entretanto, essa promessa é invariavelmente ilusória. É devido ao que suporíamos uma falha ou deficiência que a publicidade e o sistema capitalista se mantêm. A publicidade é eficaz quando não cumpre o que promete, pois o consumo, um dos principais sustentáculos do sistema capitalista, é alimentado pela incessante produção e frustração de desejos.

A propósito, a cidade é organizada segundo a lógica do capital. Quando prevalecia o capitalismo industrial, a cidade era utilizada, basicamente, como espaço da produção e espaço do trabalho. Com a volatilização representada pelo capital financeiro, a cidade passa a privilegiar o consumo e a circulação do capital. Na era pré-moderna, a cidade era um espaço destinado quase exclusivamente a ser habitado. Nos grandes centros urbanos atuais, parte considerável do território é ocupada por espaços de circulação de pessoas e mercadorias: ruas, avenidas, viadutos (e também espaços relacionados, como os estacionamentos de carro), *shopping centers*. O espaço para a habitação é cada vez mais exíguo e disputado. Como ressalta Lamarche, o espaço urbano é, antes de mais, “o produto do modo de produção capitalista, o qual exige uma organização do espaço que favoreça a circulação do capital,

das mercadorias, das informações, etc.” (LAMARCHE *apud* FERREIRA, 1987, p. 43). Quanto à utilização do território urbano pelo capital, constata Ferreira:

[...] é possível destacar o capital imobiliário como capital “tipicamente urbano” e cuja função exclusiva é a de ordenamento do espaço, visando aumentar a eficácia das actividades económicas e administrativas e, deste modo, incidindo, particularmente, na própria organização social e económica do espaço. (FERREIRA, 1987, p. 43)

Sintetizando o que foi exposto nos parágrafos anteriores, o sistema capitalista é mantido pela falta e pelo vazio produzidos incessantemente pela publicidade. Estando a cidade organizada segundo a lógica do capital, e sendo ela área de atuação por excelência da publicidade, a cidade torna-se também o lugar da falta e do vazio. Assim como a publicidade, a cidade também promete preencher essa falta, por meio de estratégias diversas. Ela seduz ao se apresentar como um espaço de suposta comunhão entre os homens, como terra de oportunidades, transformações e movimento, como o lugar em que todas as diferenças são democraticamente acolhidas, o que, aliás, é uma promessa trazida pela própria modernidade. No entanto, contraditoriamente, a cidade é também o lugar da competição capitalista desenfreada, da guerra de todos contra todos. Habitar a cidade é sofrer a ambiguidade de ser moderno. Segundo Harvey,

Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. Os ambientes e experiências modernas cruzam todas as fronteiras da geografia e da etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desumanidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. (HARVEY *apud* GONÇALVES, 2007, p. 37.)

A cidade promete preencher as faltas da vida humana por meio de um excesso de movimento, de velocidade e de estímulos. Ela seduz e atiça o desejo com suas imagens sensuais, com o brilho de suas luzes, com o fetiche de suas vitrinas. Em *Os objectos principais*, é notável a presença recorrente do néon e, principalmente, das vitrinas, que aparecem ora como estímulo ao desejo do desconhecido, como promessa de aventura: “a capa de um livro / de viagens na vitrina”; ora como aprisionamento: “tu mesmo sem saber nos fechaste na verde / gaveta deste arbusto, no fogo / imóvel das vitrinas”. As vitrinas não são meras apresentadoras de mercadorias, mas se insinuam, estimulam o desejo, prometem o prazer e a plenitude, constituindo-se importante instrumento de sedução para o consumo nas cidades capitalistas. Silva analisa muito apropriadamente a vitrina como espaço do desejo e da frustração:

Se algum prazer nutre essa pulsão, será o do impulso *voyeurista*: o prazer de olhar oculto no anonimato e gozar na intimidade os desejos forjados com a nossa descarga afetiva. Desse modo também a paixão se carregará de frustração, a raiva e o desgosto de não possuir na realidade aquilo que provoca a minha imaginação. Portanto a vitrina excita a imaginação e, simultaneamente, gera a frustração. Por tudo isso a vitrina é um espaço de desejos; sua composição, seu desenho constroem um cenário de possibilidades que ultrapassa efetivamente o realizável. A vitrina, por princípio psicológico, mostra mais do que pode dar, isto é, nela vemos mais do que podemos obter. (SILVA, 2001, p. 27).

Desse modo, a cidade produz incessantemente desejos e se apresenta como o lugar da realização da plenitude humana. Isso é realçado pelo modo como o sujeito percebe as imagens da cidade. Utilizando a noção de enquadramento, Silva observa que, assim como o fotógrafo enquadra a realidade na imagem fotográfica de acordo com o que ele mesmo deseja, o cidadão enquadra as imagens da cidade também conforme os seus desejos, projetando-os sobre as imagens urbanas (SILVA, 2001, p. 12). No entanto, esses desejos são constantemente frustrados, pois a cidade segue por princípio a lógica do capital e do consumo, que se sustenta com a produção e frustração de desejos. A cidade é, portanto, o lugar da promessa e, simultaneamente, da desilusão.

E parece não haver escapatória à lógica capitalista presente na cidade. O campo, contraponto natural da cidade e *locus amoenus* ao qual se recorria como escape às mazelas urbanas, também se apresenta corrompido pela lógica do capital. Com a mecanização e a industrialização agrícolas, o campo perde seu caráter natural e idílico para se integrar ao sistema produtivo capitalista. Em *Os objectos principais*, essa industrialização do campo é frequentemente ressentida pelo sujeito lírico: “estou tão cansado desta hora, destes olhos / violeta das máquinas agrícolas”; “nunca / aceitarei esse pacto ditado pelas vetustas / máquinas agrícolas. a sua passagem marcou / as ruínas redondas junto à praia”. A máquina é responsável pela corrupção da infância no campo, destruindo a paisagem idílica, que agora só pode ser vista nos museus: “a minha ignorância é o resultado de uma / infância com o sussurro das abelhas, a saudável / macieira que se parte com a guerra / à chegada dos vastos camiões agrícolas / vindos do centro florestal do país, aonde um museu / celebra essa paisagem, esses precisos móveis / essas precisas mesas com biscoitos”. Em outro poema, vai-se ainda mais longe, atribuindo-se à industrialização a perda de sentidos para o homem: “a mistura de azul, amarelo, violeta / amarrotado, e os diversos processos de industrialização / mais commumente utilizados / produzem esta nuca insensata, este torpor das / vastas construções lacustres. / daí a insidiosa questão: terá ainda sentido / o que dizemos?”. Essa indagação conduz a outra, relacionada ao próprio fazer poético contemporâneo e à poesia de A.F. Alexandre mais especificamente: ante a fragmentação e destruição de sentidos e referências da vida urbana, seria ainda possível uma poesia que não fosse igualmente fragmentada e avessa ao sentido?

De fato, a modernidade e os grandes centros urbanos se apresentam como o tempo e o lugar da perda de sentidos. O sujeito lírico de um poema de *Os objectos principais* chega mesmo a questionar-se repetidamente sobre o propósito de viver: “como viver com estas minúsculas / intempéries, a régua sobre a mesa, a chuva / pendurada nos altos telégrafos da paciência? [...] como viver com os pequenos / inconvenientes da catástrofe? [...] como viver com este amável búfalo das m / ais distantes alagadas pradarias ardendo? [...] como / viver com estes dentes, esta estampa / monótona de búfalos pastando, / e as suas casas iluminadas pelo vício? [...] como / viver na dúvida insensata dos seus / variados usos?”.

Essa perda de sentidos resulta da perda da memória promovida pela cidade, haja vista que a memória de um passado fornece os valores, referências e sentidos para a atuação no presente. Em *Os objectos principais*, são recorrentes o verbo “esquecer” e o substantivo “esquecimento”. Nestes próximos versos, a cidade parece promover o apagamento do passado e, conseqüentemente, das referências e valores a ele relacionados: “era mais vasto o que esquecia, imerso / no ruído audacioso dos guindastes”. Em outros poemas, volta a aparecer a perda da memória, ainda que nem sempre relacionada diretamente à cidade: “observem como rapidamente esquecem”; “esquecemos / um pouco cada hora”. O apagamento da memória chega ao ponto de o sujeito não se lembrar de quem ele é, leva-o a perder sua própria identidade: “eles mesmos / se esquecerão, no solene rebordo das horas, / de quem foram, de quem teriam sido”.

Associada ao esquecimento está a ideia da fugacidade e transitoriedade dos afetos, o que também é característica da modernidade: “então o amor mistura-se com as coisas breves”. Do mesmo modo, a cidade oculta a identidade, a subjetividade e o afeto. A identidade das mães, cujo referencial é indefinido, esconde-se por trás de lenços: “movem nos muros, a vagina mineral das mães / adormecidas, entre os apitos trémulos do aço / e lenços verdes onde ocultam a cara”. A subjetividade e o afeto são encobertos por uma pedra sem cor, possível referência ao cimento: “uma pedra sem cor que nos oculte o peito”.

Em 1845, no livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, Engels já denunciava a perda do afeto e a desumanização da metrópole londrina:

[...] depois de termos visitado os “bairros de má reputação” desta metrópole, só então começamos a notar que estes londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte da sua condição de homens para realizar todos estes milagres da civilização de que a cidade é fecunda... Estas centenas de milhares de pessoas, de todos os Estados e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todas seres humanos possuindo as mesmas qualidades e capacidades e o mesmo interesse na procura de felicidade? E não deverão, enfim, procurar a felicidade com os mesmos métodos e processos? E, contudo, estas pessoas cruzam-se apressadas como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas... Esta indiferença brutal, este isolamento insensível de cada indivíduo no seio dos seus interesses particulares, são tanto mais repugnantes e chocantes quanto maior o número destes indivíduos confinados neste reduzido espaço... A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um

princípio *de vida próprio* e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo. Disto resulta também que a guerra social, a guerra de todos contra todos, é aqui declarada abertamente. (ENGELS *apud* OLIVEIRA, 2006, p. 61) [itálico do autor].

Simmel apresenta uma possível explicação para a frieza de sentimentos do homem urbano. Diante do desarraigamento produzido pela cidade e de todas as ameaças que ela impõe, além da angústia provocada pelo caos urbano, o homem citadino reage não com os sentimentos, mas com a razão, pois, por meio dela, tenta racionalizar o caos da cidade e criar mecanismos de proteção que garantam a sobrevivência num ambiente hostil: o caráter racional é o “escudo da nossa vida subjetiva contra a violação com que nos ameaça a grande cidade” (SIMMEL *apud* CHOAY, 2010, p. 331). Acrescenta-se a essa racionalidade defensiva a lógica da circulação do capital, do cálculo e do valor monetário, própria das cidades capitalistas, como vimos acima; lógica essencialmente racional, pois visa encontrar as melhores estratégias de reprodução do capital. Segundo ainda Simmel, “economia monetária e domínio do intelecto estão intimamente ligados. Têm em comum o modo puramente objetivo com que abordam homens e coisas, e onde uma justiça formal se alia frequentemente a uma rigidez implacável”. (Idem).

O homem urbano, portanto, é racional e calculista e se relaciona com outros homens como se lidasse com objetos, coisas ou mercadorias. Seguindo essa lógica do cálculo, o homem urbano adota a implacabilidade e a objetividade necessárias para aumentar seu rendimento. Além disso, o instinto de conservação do indivíduo frente à grande cidade, decorrente da percepção de que o ambiente urbano é um campo de batalha de todos contra todos, leva-o a adotar uma atitude de reserva e recolhimento, como se buscasse abrigo e proteção contra as ameaças da cidade. Nesse ambiente inóspito, o outro representa a ameaça, o perigo potencial, e deve, portanto, ser hostilizado.

[...] há, se não estou enganado, por trás desta reserva visível, uma leve aversão, um sentimento de estranheza e de repulsão diante do próximo, sentimento que, no momento de se produzir um contato mais estreito – seja qual for a razão por que se estabeleceu – mudaria imediatamente em hostilidade e ódio. (SIMMEL *apud* CHOAY, 2010, p. 333).

É nesta cidade de mal-estar e desolação, de caos e insegurança, de fragmentação da subjetividade, de perda da memória e dos sentidos, de desintegração das relações de afeto, de enclausuramento, que o sujeito lírico de *Os objectos principais* vê-se condenado a habitar. Frente a ela, encontra-se impotente, refém de um espaço sobre o qual não tem o menor controle. Tampouco consegue ele se integrar ao ambiente urbano, hostil demais para permitir uma sensação de pertencimento. Diante da ameaça urbana, as únicas reações que lhe restam são o ódio, o rancor e a raiva: “respondem a algum ódio decisivo”; “mas

esse / é o seu rancor exaltado”; “uma manhã / se afastam no rancor”. Ou então uma esperança vacilante, melancólica, resignada, de um dia conseguir esquivar-se da cidade: “[...] e os / sinais de néon, alguma vez / os saberemos iludir?”.

#### **REFERÊNCIAS:**

- ALEXANDRE, António Franco. *Poemas*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.
- AMARAL, Fernando Pinto do. *Mosaico fluido: modernidade e pós-modernidade na poesia portuguesa mais recente*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1991.
- AURÉLIO, Diogo Pires. *O próprio dizer: sobre poesia, prosa e outros estados da razão*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FERREIRA, Vítor Matias. *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Dom Quixote, 1987.
- GONÇALVES, Teresinha Maria. *Cidade e poética: um estudo de psicologia ambiental sobre o ambiente urbano*. Ijuí: Unijuí, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- MAGALHÃES, Joaquim Manuel. *Os dois crepúsculos: sobre poesia portuguesa actual e outras crônicas*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.
- OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Reconhecendo a metrópole no cotidiano. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (Orgs.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.
- RABATÉ, Dominique. Énonciation poétique, énonciation lyrique. In: RABATÉ, Dominique (Org.) *Figures du sujet lyrique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.
- SECCHI, Bernardo. *A cidade do século vinte*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- SILVA, Armando. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Convênio Andrés Bello, 2001.

#### **MINICURRÍCULO:**

Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, cursando o último período de Letras – Português/Literatura na Universidade Federal Fluminense. Participou, com bolsa da Faperj, do projeto de pesquisa “Visualidade e experiências do urbano na poesia portuguesa contemporânea”, orientado pela Profa. Dra. Ida Maria Santos Ferreira Alves, no período 2010-2011.